



Relatório de Desenvolvimento Humano 2009

Ultrapassar Barreiras:
Mobilidade e desenvolvimento humanos



Publicado para
o Programa das
Nações Unidas
para o Desenvolvimento
(PNUD)

Agradecimento:

A tradução e a publicação da edição portuguesa do Relatório do Desenvolvimento Humano 2009 só foram possíveis graças ao apoio do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD)



Copyright © 2009

Pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

1 UN Plaza, New York, 10017, USA

Todos os direitos reservados. Nenhum excerto desta publicação poderá ser reproduzido, armazenado num sistema de recuperação ou transmitido sob qualquer forma ou por qualquer meio, nomeadamente, electrónico, mecânico, tipográfico, de gravação ou outro, sem prévia permissão.

Depósito Legal: 299856/09

ISBN 978-972-40-3945-9

Primeira publicação em 2009 por

Palgrave Macmillan

Houndmills, Basingstoke, Hampshire RG21 6XS and

175 Fifth Avenue, New York, NY 10010

Companhias e representantes em todo o mundo

A Palgrave Macmillan no Reino Unido é uma editora da Macmillan Publishers Limited, registada em Inglaterra, sob o número 785998, de Houndmills, Basingstoke, Hampshire RG21 6XS.

A Palgrave Macmillan nos EUA é uma divisão da St Martin's Press LLC, 175 Fifth Avenue, New York, NY 10010.

A Palgrave Macmillan é a editora académica global das companhias acima mencionadas e detém companhias e representantes em todo o mundo.

A Palgrave® e a Macmillan® são marcas registadas nos Estados Unidos, no Reino Unido, na Europa e em outros países.

Edições Almedina, SA

Avenida Fernão de Magalhães, N° 584, 5° Andar

3000-174 Coimbra/Portugal

www.almedina.net

Impresso pela G.C. Gráfica de Coimbra, Lda. A capa foi impressa em cartolina Trucard 240 grs com baixa gramagem e revestimento numa das faces, sem cloro e em conformidade com as linhas directrizes do Plano de desenvolvimento Sustentável da Floresta.

As páginas de texto foram impressas em 60 grs Munken Lynx – um papel obtido a partir de fibra branqueada 30% reciclada pós-consumidor, certificado pelo Forest Stewardship Council, e sem cloro. Tanto a capa como as páginas de texto são impressas usando tintas vegetais e produzidas por meio de tecnologias compatíveis com o ambiente.



Edição e Layout: Green Ink

Design: ZAGO

Para uma lista de eventuais erros ou omissões encontrados posteriormente à impressão, visite, por favor, o nosso website em <http://hdr.undp.org>

Equipa responsável pela elaboração do Relatório de Desenvolvimento Humano 2009

Directora

Jeni Klugman

Pesquisa

Coordenação de Francisco R. Rodríguez, com a colaboração de Ginette Azcona, Matthew Cummins, Ricardo Fuentes Nieva, Mamaye Gebretsadik, Wei Ha, Marieke Kleemans, Emmanuel Letouzé, Roshni Menon, Daniel Ortega, Isabel Medalho Pereira, Mark Purser e Cecilia Ugaz (directora adjunta até Outubro de 2008).

Estatística

Coordenação de Alison Kennedy, com a colaboração de Liliana Carvajal, Amie Gaye, Shreyasi Jha, Papa Seck e Andrew Thornton.

RDH nacionais e rede de colaboradores

Eva Jespersen (directora adjunta do GRDH), Mary Ann Mwangi, Paola Pagliani e Timothy Scott.

Promoção e divulgação

Coordenação de Marisol Sanjines, com a colaboração de Wynne Boelt, Jean-Yves Hamel, Melissa Hernandez, Pedro Manuel Moreno e Yolanda Polo.

Produção, tradução, plano orçamental e operações, administração

Carlotta Aiello (coordenadora de produção), Sarantuya Mend (directora de operações), Fe Juarez-Shanahan e Oscar Bernal.

Prefácio

É comum que o tema da migração seja tratado com impopularidade pelos meios de comunicação. Estereótipos negativos que representam os migrantes como alguém que nos vem “roubar os empregos” ou que vive “às custas do contribuinte” abundam nas secções dos *media* e junto da opinião pública, especialmente em épocas de recessão. Para outros, porém, a palavra “migrante” poderá evocar imagens de pessoas em situações de extrema vulnerabilidade. O Relatório de Desenvolvimento Humano de este ano, *Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos*, vem desafiar esses estereótipos, procurando alargar e reequilibrar as percepções que existem da migração, de modo a reflectir uma realidade que se afigura mais complexa e bastante variável.

Este relatório vem abrir novos caminhos ao aplicar uma abordagem do desenvolvimento humano ao estudo da migração. Desenvolve uma discussão sobre quem são os migrantes, de onde vêm e para onde vão, e por que se deslocam. Paralelamente, lança um olhar sobre os múltiplos impactos da migração junto de todos aqueles que são por ela afectados – não só os que partem, mas também os que ficam.

Desta feita, as conclusões do relatório trazem uma nova luz sobre algumas concepções erradas comuns. Por exemplo, a migração a partir de países em desenvolvimento em direcção a países desenvolvidos corresponde apenas a uma pequena parte de todas as deslocações humanas. Efectivamente, a migração a partir de um país em desenvolvimento para outro nas mesmas circunstâncias é muito mais comum. Para mais, a maioria dos migrantes não se desloca para o estrangeiro, mas antes para outro ponto do seu próprio país.

Além disso, a maior parte dos migrantes, longe de serem vítimas, tendem a ser bem sucedidos, tanto antes de deixarem os seus lares de origem como após a chegada ao seu destino. De facto, os resultados relativamente a todos os aspectos do desenvolvimento humano, não só no que respeita aos rendimentos, mas também à educação e à saúde, são, de um modo geral, positivos – alguns são até extremamente positivos como, nomeadamente, no caso de pessoas oriundas dos lugares mais pobres que acabam por obter os maiores rendimentos e benefícios.

Analisando-se uma extensa bibliografia sobre o assunto, o relatório conclui que o receio de os migrantes serem responsáveis pela diminuição do número de empregos ou dos salários da população local, constituindo um fardo indesejável para os serviços locais, ou custando muito dinheiro aos contribuintes é, geralmente, exagerado. Quando as competências dos migrantes complementam aquelas das populações locais, ambos os grupos saem beneficiados. As sociedades no seu todo poderão igualmente beneficiar de variados modos – desde através de um aumento dos níveis de inovação técnica até uma gastronomia cada vez mais diversificada para a qual os migrantes contribuem.

O relatório sugere que as respostas políticas à migração poderão ser insatisfatórias. Muitos governos instituem regimes de entrada no país cada vez mais repressivos, viram as costas à violação de questões de saúde e de segurança por parte de entidades empregadoras, ou não tomam medidas que adequadamente eduquem o público sobre os benefícios da imigração.

Ao examinar soluções políticas com vista a alargar as liberdades das pessoas, em vez de se controlar ou restringir as deslocações humanas, este relatório propõe um conjunto de reformas vigorosas. Quando adaptadas aos contextos específicos de cada país, estas alterações poderão otimizar as já substanciais contribuições que a mobilidade humana tem prestado ao desenvolvimento humano.

As principais reformas sugeridas centram-se em seis áreas, cada uma das quais prendendo-se com contributos importantes e complementares para o desenvolvimento humano: alargamento dos canais de entrada existentes para que mais trabalhadores possam emigrar; garantia de direitos básicos aos migrantes; diminuição dos custos da migração; procura de soluções que beneficiem tanto as comunidades de destino como os migrantes que elas acolhem; maior facilidade nas deslocações para pessoas que migram dentro dos limites do seu próprio país; e o tratamento da migração como um dos factores preponderante nas estratégias de desenvolvimento nacionais.

Segundo se defende no presente relatório, embora muitas de estas reformas sejam mais exequíveis do que à partida possam parecer, todas elas requerem coragem política para as colocar em prática. No entanto, é sabido que os governos podem estar sujeitos a algumas limitações no que respeita à sua capacidade de introduzir alterações políticas imediatas enquanto a recessão persistir.

Este é o primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano para o qual redigi o prefácio enquanto

administradora. Como todos os outros relatórios, também este consiste num estudo independente que visa essencialmente estimular o debate e a discussão sobre uma matéria importante. Não representa, efectivamente, qualquer expressão das políticas das Nações Unidas ou do PNUD.

Simultaneamente, sublinhando-se a mobilidade humana como uma componente central da agenda do desenvolvimento humano, o PNUD espera que as considerações aqui produzidas constituam uma mais-valia para o actual debate sobre a migração e que se tenha conseguido transmitir informação sobre o trabalho dos especialistas em desenvolvimento e dos decisores políticos em todo o mundo.



Helen Clark
Administradora
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

As recomendações de análise e de políticas mencionadas no Relatório não reflectem necessariamente as perspectivas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, ou do seu Conselho Executivo, ou mesmo dos seus Estados-Membros. O Relatório é uma publicação independente sob a responsabilidade do PNUD. É fruto de um esforço de cooperação por parte de uma equipa de consultores e conselheiros eminentes e da equipa do Relatório de Desenvolvimento Humano. Jeni Klugman, Directora do Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano, coordenou este grupo de trabalho.

Agradecimentos

Este relatório é o resultado dos esforços, contribuições e apoio de muitas pessoas e organizações.

Gostaria de agradecer a Kemal Derviş pela oportunidade de poder assumir desafiantes tarefas enquanto Directora do Relatório de Desenvolvimento Humano, bem como à nova administradora do PNUD, Helen Clark, pelos conselhos e apoio. Regressar ao gabinete depois dos seus 20 anos de crescimento e sucesso foi uma experiência tremendamente gratificante.

Gostaria de dirigir especiais agradecimentos à minha família, nomeadamente, a Ema, a Josh e a Billy, pela sua paciência e apoio durante todo este período. A dedicação e o árduo trabalho de toda a equipa do RDH, nomeada anteriormente, foram cruciais. Entre aqueles que ofereceram importantes sugestões e conselhos estratégicos, e que foram especialmente decisivos na elaboração do presente relatório, encontram-se Oliver Bakewell, Martin Bell, Stephen Castles, Joseph Chamie, Samuel Choritz, Michael Clemens, Simon Commander, Sakiko Fukuda-Parr, Hein de Haas, Frank Laczko, Loren Landau, Manjula Luthria, Gregory Maniatis, Philip Martin, Douglas Massey, Saraswathi Menon, Frances Stewart, Michael Walton e Kevin Watkins.

Realizaram-se alguns estudos de apoio, devidamente referidos na secção da bibliografia, sobre um conjunto de questões temáticas. Esses estudos encontram-se igualmente publicados online no âmbito da nossa Colecção de Artigos de Investigação do Desenvolvimento Humano, lançada em Abril de 2009. De igual modo, uma série de 27 seminários que tiveram lugar entre Agosto de 2008 e Abril de 2009 ofereceram um estímulo importante para o nosso pensamento e desenvolvimento de ideias, pelo que gostaríamos de agradecer novamente àqueles oradores por terem partilhado as suas investigações e ideias. Estamos também profundamente gratos aos peritos nacionais que participaram na nossa avaliação das políticas de migração, dando os seus preciosos contributos.

Os dados e estatísticas usados neste relatório resultam significativamente das bases de dados de outras organizações, às quais nos foi generosamente concedido o acesso: Andean Development Corporation; Centro de Investigação de Desenvolvimento para a Migração, Universidade

de Sussex; ECLAC; o Instituto de Migração Internacional de Oxford; União Interparlamentar; Centro de Controlo de Deslocações Internas; o Departamento de Estatística e o Programa de Migração Internacional da OIT; OIM; Estudos de Rendimento do Luxemburgo; OCDE; UNICEF; DAESNU, Divisão de Estatística e Divisão da População; Instituto de Estatística da UNESCO; ACNUR; UNRWA; Secção dos Tratados do Gabinete de Assuntos Jurídicos das Nações Unidas; o Banco Mundial e a OMS.

O relatório beneficiou enormemente com os conselhos e orientações de um painel de consultores académicos. Deste painel fizeram parte Maruja Asis, Richard Black, Caroline Brettell, Stephen Castles, Simon Commander, Jeff Crisp, Priya Deshingkar, Cai Fang, Elizabeth Ferris, Bill Frelick, Sergei Guriev, Gordon Hanson, Ricardo Hausmann, Michele Klein-Solomon, Kishore Mahbubani, Andrew Norman Mold, Kathleen Newland, Yaw Nyarko, José Antonio Ocampo, Gustav Ranis, Bonaventure Rutinwa, Javier Santiso, Maurice Schiff, Frances Stewart, Elizabeth Thomas-Hope, Jeffrey Williamson, Ngaire Woods e Hania Zlotnik.

Desde o início, a elaboração do presente relatório envolveu um conjunto de consultas destinadas a reunir e explorar as opiniões de investigadores, defensores da sociedade civil, especialistas em desenvolvimento e decisores políticos de todo o globo, os quais tiveram, assim, participação em todo o processo. Realizaram-se, nomeadamente, 11 consultas informais a intervenientes, entre Agosto de 2008 e Abril de 2009, em Nairóbi, Nova Deli, Amã, Bratislava, Manila, Sydney, Dakar, Rio de Janeiro, Genebra, Turim e Joanesburgo, envolvendo um total de quase 300 peritos e especialistas. O apoio das delegações nacionais e regionais, bem como de parceiros locais do PNUD foi crucial para a realização destas consultas. Vários eventos foram organizados por parceiros fundamentais, incluindo a OIM, a OIT e o Instituto de Política de Migração. Outras consultas de nível académico tiveram lugar em Washington D. C. e em Princeton, tendo a equipa do GRDH participado em vários outros fóruns regionais e mundiais, incluindo o Fórum Mundial sobre Migrações e Desenvolvimento (GFMD – Forum on Migration and Development)

em Manila, encontros de preparação para o GFMD de Atenas, e muitas conferências e seminários organizados por outras agências das Nações Unidas (por exemplo, o DAESNU, o Instituto das Nações Unidas para a Formação e Investigação / UNITAR – United Nations Institute for Training and Research e a OIT), universidades, academias e organizações não governamentais. Os que participaram numa série de discussões de Redes de Desenvolvimento Humano forneceram ideias e observações abrangentes sobre as interligações entre migração e desenvolvimento humano. Outros pormenores sobre o processo encontram-se disponíveis em: <http://hdr.undp.org/en/nhdr>.

Um Grupo de Leitores do PNUD, que inclui representantes de todas as delegações regionais e políticas, deram o seu contributo com muitas informações e sugestões úteis sobre as características associadas ao conceito e as primeiras versões do relatório, à semelhança de outros colegas, que igualmente nos forneceram informações e conselhos pertinentes. Gostaríamos de agradecer especialmente a Amat Alsoswa, Carolina Azevedo, Barbara Barungi, Tony Bislimi, Kim Bolduc, Winifred Byanyima, Ajay Chhibber, Samuel Choritz, Pedro Conceição, Awa Dabo, Georgina Fekete, Priya Gajraj, Enrique Ganuza, Tegegnetwork Gettu, Rebeca Grynspan, Sultan Hajiyev, Mona Hammam, Mette Bloch Hansen, Mari Huseby, Selim Jahan, Bruce Jenks, Arun Kashyap, Olav Kjoren, Paul Ladd, Luis Felipe López-Calva, Tanni Mukhopadhyay, B. Murali, Theodore Murphy, Mihail Peleah, Amin Sharkawi, Kori Udovicki, Mourad Wahba e Caitlin Wiesen pelos seus comentários.

Uma equipa da Green Ink, coordenada por Simon Chater, forneceu-nos os serviços de edição.

O trabalho de design gráfico é da autoria de Zago. Guoping Huang desenvolveu alguns dos mapas. A produção, tradução, distribuição e promoção do relatório beneficiaram da ajuda e apoio do Gabinete de Comunicação do PNUD, e particularmente de Maureen Lynch. As traduções foram revistas por Luc Gregoire, Madi Musa, Uladzimir Shcherbau e Oscar Yujnovsky. Margaret Chi e Solaiman Al-Rifai do Gabinete das Nações Unidas para os Serviços de Apoio aos Projectos deram também o seu contributo, oferecendo apoio administrativo e serviços de coordenação que se revelaram cruciais.

O relatório beneficiou também do trabalho dedicado de alguns estagiários, nomeadamente, Shreya Basu, Vanessa Alicia Chee, Delphine De Quina, Rebecca Lee Funk, Chloe Yuk Ting Heung, Abid Raza Khan, Alastair Mackay, Grace Parker, Clare Potter, Limon B. Rodriguez, Nicolas Roy, Kristina Shapiro e David Stubbs.

Agradecemos a todos aqueles que estiveram directa ou indirectamente envolvidos na orientação dos nossos esforços, assumindo todavia toda a responsabilidade por eventuais erros de omissão e de comissão.



Jeni Klugman

Directora

Relatório de Desenvolvimento Humano 2009

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AGCS	Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços
CCG	Conselho de Cooperação do Golfo
CDC	Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança
CEDCM	Convenção da ONU para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEPAL	Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas
CTM	Convenção Internacional da ONU sobre a Protecção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e Membros das suas Famílias
DAESNU	Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas
DERP	Documentos de Estratégia para a Redução da Pobreza
DPI	Desenvolvimento da Primeira Infância
EIU	Unidade de Inteligência do Economista
ERP	Estratégia para a Redução da Pobreza
GRDH	Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano
HDI	Índice de Desenvolvimento Humano
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MIPEX	Índice de Políticas de Integração de Migrantes
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
TMB	Comité de Controlo de Tratados
UE	União Europeia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNODC	Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime
UNRWA	Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Índice

Prefácio	v
Agradecimentos	vii
Acrónimos e abreviaturas	ix

SÍNTESE 1

Como e por que razão as pessoas se deslocam	1
Obstáculos à deslocação	2
Os argumentos a favor da mobilidade	3
A nossa proposta	4
O caminho em frente	6

CAPÍTULO 1

Liberdade e deslocação: como a mobilidade pode estimular o desenvolvimento humano	9
1.1 Questões de mobilidade	9
1.2 Escolha e contexto: compreender a razão pela qual as pessoas se deslocam	12
1.3 Desenvolvimento, liberdade e mobilidade humana	14
1.4 O que trazemos para a mesa de debate	16

CAPÍTULO 2

Pessoas em movimento: quem se desloca para onde, quando e porquê	21
2.1 As deslocações humanas hoje	21
2.2 Olhando para trás	28
2.2.1 A visão a longo prazo	28
2.2.2 O século XX	30
2.3 Políticas e deslocação	33
2.4 Olhando em frente: a crise e para além dela	40
2.4.1 A crise económica e as perspectivas de retoma	41
2.4.2 Tendências demográficas	43
2.4.3 Factores ambientais	44
2.5 Conclusões	46

CAPÍTULO 3

Como se saem os migrantes	49
3.1 Rendimento e padrões de vida	49
3.1.1 Impactos no rendimento bruto	50
3.1.2 Custos financeiros da deslocação	53
3.2 Saúde	55
3.3 Educação	57
3.4 Influência, direitos civis e participação	60
3.5 Compreender os resultados de factores negativos	62
3.5.1 Quando a insegurança leva à deslocação	62
3.5.2 Deslocações induzidas por desenvolvimento	64
3.5.3 Tráfico humano	65
3.6 Impactos gerais	67
3.7 Conclusões	68

CAPÍTULO 4

Os impactos na origem e no destino	71
4.1 Os impactos nos lugares de origem	71
4.1.1 Efeitos ao nível do agregado familiar	71
4.1.2 Efeitos económicos ao nível da comunidade e da nação	76
4.1.3 Efeitos sociais e culturais	79
4.1.4 Estratégias de mobilidade e de desenvolvimento nacional	82
4.2 Efeitos nos locais de destino	83
4.2.1 Impactos económicos em agregado	84
4.2.2 Impactos no mercado de trabalho	85
4.2.3 Urbanização rápida	86
4.2.4 Impactos fiscais	87
4.2.5 Percepções e preocupações acerca da migração	89
4.3 Conclusões	92

CAPÍTULO 5

Políticas e instituições para otimizar os resultados do desenvolvimento humano	95
5.1 O pacote principal	96
5.1.1 Liberalizar e simplificar os canais regulares	96
5.1.2 Garantir direitos básicos para os migrantes	99
5.1.3 Reduzir os custos das transacções associados às deslocações	102
5.1.4 Melhorar os resultados para os migrantes e as comunidades de destino	104
5.1.5 Possibilitar os benefícios da mobilidade interna	106
5.1.6 Tratar a mobilidade como uma parte integrante das estratégias de desenvolvimento nacional	107
5.2 A viabilidade política da reforma	108
5.3 Conclusões	111

Notas	113
Bibliografia	119

ANEXO ESTATÍSTICO

Tabelas	143
Guia do leitor	203
Nota técnica	208
Definições de termos e indicadores estatísticos	209
Classificação dos países	213

CAIXAS

1.1 Estimar o impacto das deslocações	12
1.2 O modo como as deslocações são importantes para a avaliação do progresso	14
1.3 Termos básicos usados no presente relatório	15
1.4 Como a migração é vista pelos pobres?	16
2.1 Quantificação de migrantes irregulares	23
2.2 Deslocações induzidas por conflito e tráfico	26
2.3 Tendências de migração na antiga União Soviética	31
2.4 Gestão global da mobilidade	39
3.1 China: Políticas e resultados associados à migração interna	52
3.2 Crianças migrantes independentes	59
3.3 A próxima geração	60
3.4 Mecanismos de aplicação na Malásia	62
4.1 O modo como os telemóveis podem reduzir os custos das transferências de dinheiro: o caso do Quênia	74
4.2 A crise de 2009 e as remessas	75
4.3 Os impactos dos fluxos de competências no desenvolvimento humano	77
4.4 A mobilidade e as perspectivas de desenvolvimento de Estados pequenos	80
4.5 A mobilidade e o desenvolvimento humano: algumas perspectivas dos países em desenvolvimento	82
5.1 Abrir canais regulares – A Suécia e a Nova Zelândia	97
5.2 Experiência com a regularização	98
5.3 Reduzir a burocracia dos documentos: um desafio para os governos e parceiros	103
5.4 Reconhecimento de qualificações	105
5.5 Quando as pessoas qualificadas emigram: algumas opções políticas	109

FIGURAS

2.1 Muito mais pessoas deslocam-se dentro de fronteiras do que para fora delas	22
2.2 Os mais pobres são quem mais tem a ganhar com as deslocações...	23
2.3 ... mas também se deslocam menos	25
2.4 Uma crescente parcela de migrantes provém de países em desenvolvimento	32
2.5 Fontes e tendências da migração para países em desenvolvimento	33
2.6 Taxas de migração interna aumentaram apenas ligeiramente	34
2.7 Hiatos no rendimento mundial alargaram	35
2.8 Dar as boas-vindas aos altamente qualificados, alternar os pouco qualificados	36
2.9 As práticas de controlo variam	37
2.10 Evidências em diferentes países corroboram pouco a hipótese "número versus direitos"	38
2.11 O desemprego está a aumentar em destinos chave da migração	41
2.12 Os migrantes estão nos locais mais afectados pela recessão	42
2.13 A população activa aumentará nas regiões em desenvolvimento	44
3.1 Os deslocados têm rendimentos muito mais altos do que os que permanecem nos seus locais de origem	50
3.2 Enormes benefícios salariais para os migrantes altamente qualificados	50
3.3 Benefícios significativos nos salários de migrantes internos na Bolívia, especialmente os que têm menores graus de educação	51
3.4 A pobreza é mais elevada entre as crianças migrantes, mas as transferências sociais poderão ajudar	53
3.5 Os custos das deslocações são frequentemente muito elevados	54
3.6 Os custos das deslocações podem ser muitas vezes os rendimentos mensais esperados	54
3.7 Os filhos de migrantes têm maior probabilidade de sobreviverem	55
3.8 Os migrantes irregulares e temporários carecem muitas vezes de acesso a serviços de assistência médica	57
3.9 Os benefícios em termos de escolarização são maiores para os migrantes de países com IDH baixo	58
3.10 Os migrantes têm melhor acesso à educação em países desenvolvidos	58
3.11 O direito ao voto está geralmente reservado aos cidadãos	61
3.12 A escolarização entre os refugiados excede frequentemente a das comunidades de acolhimento em países em desenvolvimento	64
3.13 Benefícios significativos em termos de desenvolvimento humano para deslocados internos	67
3.14 Os migrantes são geralmente tão felizes como os nativos	68
4.1 Prevê-se que a recessão global tenha impacto nos fluxos de remessas	75
4.2 Os trabalhadores qualificados deslocam-se de modo semelhante para fora e dentro dos limites das nações	78
4.3 O apoio à imigração depende da existência de vagas de emprego	90
4.4 Quando os empregos são limitados, as pessoas dão preferência aos nativos	91
4.5 Muitas pessoas valorizam a diversidade étnica	92
5.1 Ratificação da convenção dos direitos dos migrantes foi limitada	100
5.2 Defesa da oportunidade de permanência	110

MAPAS

1.1 As fronteiras fazem a diferença	10
1.2 Os migrantes estão a deslocar-se para locais com melhores oportunidades	11
2.1 A maioria das deslocações ocorre dentro das regiões	24
3.1 O conflito como causa das deslocações em África	63
4.1 Fluxos de remessas essencialmente de regiões desenvolvidas para regiões em desenvolvimento	73

TABELAS

2.1 Cinco décadas de estabilidade em agregado, com mudanças regionais	30
2.2 Os decisores políticos dizem que estão a tentar manter os níveis de imigração existentes	34
2.3 Mais de um terço dos países restringem significativamente o direito à mobilidade	40
2.4 Rácios de dependência a aumentar em países desenvolvidos e a permanecerem estáveis nos países em desenvolvimento	45
4.1 As ERPs reconhecem os múltiplos impactos da migração	83

TABELAS DO ANEXO ESTATÍSTICO

A Deslocação de pessoas: imagens e tendências	143
B Emigrantes internacionais por área de residência	147
C Educação e emprego dos migrantes internacionais em países da OCDE (com idades a partir de 15 anos)	151
D Deslocações induzidas por conflito e pela insegurança	155
E Fluxos financeiros internacionais: remessas ajuda pública ao desenvolvimento e investimento directo estrangeiro	159
F Selecção de convenções relacionadas com direitos humanos e migrações (por ano de ratificação)	163
G Tendências do índice de desenvolvimento humano	167
H Índice de desenvolvimento humano de 2007 e as componentes que o constituem	171
I ¹ Pobreza humana e de rendimentos	176
I ² Pobreza humana e de rendimentos: os países da OCDE	180
J Índice de Desenvolvimento ajustado ao Género e as componentes que o constituem	181
K Medida de Participação segundo o Género e as suas componentes	186
L Tendências demográficas	191
M Economia e Desigualdade	195
N Saúde e Educação	199